

O IMPERIALISMO NA VENEZUELA

Mariana de Oliveira Lopes*

Resumo

Neste artigo, busca-se compreender o imperialismo norte-americano na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2006). Com base no conceito poulantziano de *bloco no poder*, analisaremos a política no interior do país, podendo, desta maneira, observar como representantes das diversas frações burguesas na Venezuela, dentro do Parlamento e no governo, estão associados com o capital internacional, possibilitando sua dominação no interior deste país. Procura-se também contribuir para uma melhor compreensão da política venezuelana, bem como suas ambigüidades.

Palavras chave: Imperialismo; “bloco no poder”; Venezuela; Chávez.

The Imperialism in Venezuela

Abstract

This work is about the understanding of the North American imperialism in Venezuela during the Chávez government (from 1999 to 2006). For this purpose, we will discover the “block on the power” in the inland section of the country to observe how the representative of the diverse bourgeois fractions in Venezuela, inside the Parliament and in the government, are associated with the international capital; making possible its domination in the inland section of this country. Another objective of this work it to contribute for one better understanding of the politics in that country.

Key words: Imperialism; “block on the power”; Venezuela; Chávez.

* Pesquisadora do Grupo de Estudos de Política na América Latina (Gepal) da Universidade Estadual de Londrina (UEL)-PR. Formada em Ciências Sociais pela UEL-PR em 2004. Especialista pela UEL-PR em 2007. Mestranda em Ciências Sociais pela Unesp – Marília-SP. End. Eletrônico: marylopy@yahoo.com.br

Muitos elementos têm nos instigado a querer conhecer a realidade política da Venezuela, principalmente no que se refere aos conflitos políticos na sua relação com os Estados Unidos. O fio condutor de nossa análise é a complexa relação política entre o governo Chávez e o capital imperialista dos Estados Unidos. Em outras palavras, examinaremos a relação do “bloco no poder” venezuelano, sob a chamada “revolução bolivariana”, com as políticas imperialistas praticadas pelos Estados Unidos naquele país no período de 1999 a 2006. Chama-nos a atenção o fato de que, no plano midiático e nos palanques, o governo Chávez venha se posicionando como portador de uma bandeira nacionalista e, por vezes, antiimperialista. Mas, quando nos voltamos mais detalhadamente para a composição política de seu governo, observamos que há alguns membros do alto escalão ligados aos interesses do capital norte-americano. Trata-se, portanto, de uma verdadeira teia de interesses contraditórios.

O panorama político latino-americano nos conduz a alguns conceitos teóricos. Estes devem ser problematizados à luz das transformações ocorridas com o capitalismo latino-americano ao longo das últimas décadas do século passado até os dias atuais. Referimo-nos ao conceito de “imperialismo”. As análises que pretendem ter como objeto a questão do imperialismo para compreender a política *internacional*¹ no campo marxista se dividem, ou seja, há vários autores que tratam do tema, tais como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Hobson, Hilferding, entre outros; nos apoiaremos principalmente em Lênin, embora o conceito de imperialismo necessite ser atualizado em função das novas configurações que a realidade tem assumido, principalmente a partir dos anos 1990, quando praticamente toda a região passou a viver sob regimes democráticos.

Em *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Lênin (1987) caracteriza o imperialismo como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo em que se estabelece a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde adquiriu grande importância a exportação de capitais, que se dá por meio da busca de novas

¹ Discutiremos mais a frente a relação interno/internacional.

fronteiras, ou seja, mercados exteriores que respondem à dialética do processo capitalista que procura taxas de benefícios mais elevadas e mão-de-obra mais barata. Lênin observou que a alta queda da taxa de lucro no país exportador determinava que o capital ultrapassasse as fronteiras nacionais em busca de melhores horizontes para inversão de seus produtos. Além disso, detectou a grande tendência à concentração e centralização do capital; o aumento dos cartéis e trustes; e, ainda, o importante papel desempenhado pelos bancos, assim como sua concentração e fusão com a indústria, formando o capital financeiro; assim como a construção das colônias e a repartição do mundo como expressão do desenvolvimento desigual do capitalismo e da divisão internacional do trabalho associada ao modo de produção vigente.

Chesnais, analisando a “nova fase do imperialismo”, que se inicia com a virada da década de 1970 para a seguinte, observou que os países da OCDE iniciaram o processo de “liberalização, desregulamentação e privatização²”. Estas práticas levaram a alguns aspectos marcantes da década de 90, com o modo de funcionamento do capitalismo predominantemente financeiro: baixas taxas de crescimento do PIB, alta valorização dos ativos financeiros, desemprego estrutural, desenvolvimento de rendimentos de origem financeira, conjuntura econômica instável, expectativa pela recuperação do crescimento econômico frustrada, deflação, aumento na concorrência internacional com a marginalização de regiões inteiras do globo (CHESNAIS, 1997).

Nesta “nova” fase, o imperialismo requer um processo ao mesmo tempo político, econômico e ideológico e, portanto, não dilui os Estados nacionais, nem as relações de dominação e dependência política entre eles (POULANTZAS, 1975; PETRAS, 1986). As relações interestatais servem de suporte para que o capital se desenvolva no processo de acumulação mundializado. O triunfo desta relação não teria sido possível sem as repetidas intervenções de instâncias políticas do Estado. É a articulação estreita entre o político e o econômico que possibilita as condições dos mecanismos e configurações dominantes desse regime (CHESNAIS, 1997).

² O marco deste início foi a ascensão dos governos neoliberais Thatcher (1979) na Inglaterra, e Reagan (1980), nos Estados Unidos.

Em meados da década de 1970, Poulantzas (1975) mostrava que o imperialismo se define pela exportação de capitais, sua concentração e centralização, como já havia afirmado Lênin, mas também pelo espraiamento do modo de produção capitalista. Isso porque nesta “nova fase do imperialismo”, segundo o autor, a dominação do modo de produção capitalista não se dá mais apenas do exterior, mas estabelece sua dominação em seu próprio seio.

O domínio é reproduzido, muitas vezes, para Poulantzas, por meio do aparelho de Estado e de suas formas ideológicas. Voltando ao nosso objeto de análise, o capital monopolista americano e sua dominação no seio desta nova relação de dependência ocorreriam por membros da fração de classe ou por representantes desta no interior do Estado. O capital americano e suas frações estariam presentes no “bloco no poder” de outro país (no nosso caso, a Venezuela), o que seria assegurado por certas frações da burguesia venezuelana (POULANTZAS, 1975).

Como afirma Poulantzas (1975), durante o imperialismo, principalmente na sua “nova fase”, o externo só se concretiza no interno, seja por meio das inversões, das fusões, do uso da mão-de-obra dada pela nova divisão internacional do trabalho, da formação dos grandes monopólios, seja por meio da constituição do bloco no poder de determinado país. A questão a ser colocada é de que maneira estes aspectos ditos “externos”, que dizem respeito às modificações da atual fase do imperialismo, são reproduzidos e interiorizados no seio da estrutura econômico-política deste país (POULANTZAS, 1976).

Para compreender a relação do capital americano no interior da Venezuela precisamos compreender a composição da burguesia. Observamos no estágio imperialista a tendência à interpenetração de capitais, por isso devemos mapear quais são as classes envolvidas, que frações de classe ocupam o lugar do *capital associado*.

O domínio do Estado na atual fase do imperialismo corresponde ao crescimento considerável de suas funções econômicas³, indispensáveis à reprodução ampliada do capital. As funções econômicas do Estado são expressões de seu papel político desempenhado na exploração e dominação de classe, articulado por meio de seu aparato repressivo (forças armadas, serviços de inteligência) e ideológico (meios de comunicação etc.) (POULANTZAS, 1975).

Contudo, sabemos que o Estado não é um mero reflexo do econômico (senão em última instância). A esfera política possui um grau de autonomia relativa frente ao econômico (POULANTZAS, 1977). A questão dos Estados nacionais se torna aqui importante porque é a forma de constituição deste Estado, do “bloco no poder”, e a configuração de seus aparelhos que podem nos mostrar as contradições entre as burguesias venezuelanas e o capital americano.

Tendo em vista a importância e finalidade do Estado capitalista na atual fase imperialista, como se configura o imperialismo norte-americano na Venezuela durante a administração do presidente Chávez dos anos 1999 a 2006? Esta questão nos leva a formular outras: onde se encontram as frações do grande capital americano na Venezuela e quais são seus representantes? Como se dão a concentração e centralização do capital americano naquele país?

A história do imperialismo norte-americano na América Latina é bem conhecida. Relações de dependência por meio dos grandes monopólios, acordos internacionais⁴, empréstimos, controle, intervenções militares, golpes etc. Na Venezuela estas relações não foram diferentes, salvo algumas especificidades, como as relativas ao petróleo. Partindo da formulação de Lander e Maya (2002), poucas coisas ocorrem no país que não tenham, direta ou indiretamente, que ver

³ Nos últimos 20 anos o que aconteceu foi o notável aumento de alguns Estados, medido como proporção do gasto público em relação ao PIB. Esta relação é assimétrica: enquanto alguns Estados com isso aumentam sua soberania, outros a diminuem.

⁴ Dentre os vários “acordos internacionais”, há o acordo imposto pelos Estados Unidos (aqui entendidos como os grandes grupos transnacionais), chamado “Consenso de Washington”, que previa, dentre outras coisas, a abertura econômica, a desregulamentação do Estado e as privatizações de empresas estatais. Na agenda latino-americana encontramos também os Documentos de Santa Fé I e Santa Fé II.

com o petróleo⁵ – podemos deduzir que por isso tem sido alvo de investidas do imperialismo norte-americano.

Este país é um dos principais produtores de hidrocarbonetos do mundo e seu papel no mercado energético internacional é ainda mais importante. Membro da Opep desde 1960, a Venezuela é o quarto maior fornecedor dos Estados Unidos⁶ e é fonte segura de abastecimento para os consumidores do hemisfério ocidental. O petróleo foi e continua sendo a fonte de renda no processo de acumulação venezuelana, correspondendo a 22% do PIB nacional e a 80% das exportações do país. Por isso, para entender o imperialismo norte-americano na Venezuela, é indispensável avaliar as incidências que o petróleo pode ter com o governo Chávez e sua relação com os Estados Unidos.

Sabemos que, para isso, devemos compreender o país internamente, já que o *internacional* só se concretiza no interior de outro Estado. Para mapear a presença e/ou atuação do imperialismo norte-americano na Venezuela, faz-se necessário, portanto, entender sua relação com o “bloco no poder⁷” neste país, bem como a configuração política, social e econômica das classes dominantes, principalmente as suas relações com a PDVSA (Petróleos de Venezuela SA)

Segundo Vladimir Castro, logo após o início do mandato do presidente Chávez o objetivo era estabelecer a nova comissão encarregada de formular as políticas chavistas contidas na nova Constituição. Conforme analisado, foi formada por diferentes personagens, militares e civis, tanto de esquerda quanto de direita, como Luis Miquilena, nomeado por Chávez ministro do Interior e presidente da Assembléia Constituinte. Miquilena é ligado politicamente a Tobias Carrero Nacar, financista venezuelano associado à Intesa (empresa que integra a PDVSA a Saic⁸).

⁵ Na Venezuela assim como em outros países da América Latina, a burguesia nacional nasceu em ligação direta com o imperialismo. Neste país, especificamente, isso se deu por meio do petróleo. No começo do século XX, durante o governo Gómez, possibilitou-se a entrada de empresas estrangeiras petroleiras (grandes monopólios), que se estabeleceram na região com um governo que formulou uma legislação com concessões ao capital estrangeiro. As classes dominantes locais, com isso, inebriaram-se com o dinheiro fácil (MARINGONI, 2004).

⁶ Os Estados Unidos são o maior comprador de petróleo da Venezuela, para lá se direcionam 40% de sua produção.

⁷ Entretanto, conforme Poulantzas, “as instituições ou os aparelhos não possuem poder próprio e só exprimem e cristalizam os interesses e poderes de classe” (POULANTZAS, 1975, p. 75).

⁸ Science Application International Corporation. A Saic é a maior empresa de pesquisa e engenharia dos Estados Unidos. A empresa tecnológica tem acordos firmados com setores federal, estadual e privado. A tradicional

Esta nova Constituição reformulava as políticas de Estado para o setor petrolífero. A “nova” orientação resgatava aspectos essenciais da longa tradição venezuelana – por exemplo, a recuperação do papel da Opep como ator regulador do mercado internacional; a centralização da administração no Executivo nacional, por meio do Ministério de Minas e Energia; a busca de níveis apropriados de ingressos fiscais de origem petrolífera e, por último, o refreamento das tendências privatizantes, mas sem negar a participação de capitais privados no setor (LANDER; MAYA, 2002).

A reforma da política petrolífera reflete as mudanças que estavam ocorrendo na Venezuela, quais sejam, fim da democracia representativa “puntofijista” e o início de um período em que um novo regime político se estava formando, tendo como cume a conformação de um novo bloco no poder. A constituição deste novo bloco hegemônico revela a tentativa de se estabelecer uma nova composição política das frações que compõem as classes dominantes venezuelanas. De qualquer forma, instiga-nos saber quem sai e quem permanece, ou ainda que alianças políticas são feitas e com base no que são acordadas. Afinal, a retórica de esquerda do presidente, acompanhada de uma política que favorece os setores financeiros e especuladores da economia, mostraria a configuração de um novo bloco no poder?

A base de apoio a Chávez⁹, logo da sua eleição, dá-se abertamente pelas classes populares e setores das Forças Armadas. Já as oposições (antigas classes dominantes) são oriundas das empresas petrolíferas, capital financeiro, cúpula do movimento sindical dos trabalhadores (CTV), Igreja e alto comando das Forças Armadas, grandes corporações de telecomunicações como Globovision, Radio Caracas, Televen e Venevisión (Grupo Cisneros¹⁰), além da Fedecámaras¹¹.

ligação é com o Departamento de Defesa, de Inteligência e Segurança Nacional dos Estados Unidos. Para mais informações, ver: <<http://www.saic.com>>.

⁹ Lembremos que Hugo Rafael Chávez Frias é um ex-tenente coronel das Forças Armadas da Venezuela.

¹⁰ O grupo venezuelano Cisneros, hoje dirigida por Gustavo Cisneros, tem uma fortuna de mais de US\$ 4 bilhões. É dono do principal canal televisivo da Venezuela, Venevisión, mais conhecida no estrangeiro por sua oposição à Chávez. O grupo Cisneros também possui a Chilevisión (Chile), TV Caracol (Colômbia), grande parte da DirecTV latino-americana, além de uma participação lucrativa na Univisión (canal castelhano nos Estados Unidos). Conforme Richard Gott (2006), Gustavo Cisneros é uma das figuras sombrias que proporcionam ao capitalismo americano força local fora dos Estados Unidos. Cisneros está atado de pés e mãos aos Estados Unidos e tem sido graciosamente bem pago.

¹¹ Fedecámaras é uma organização patronal, uma organização que representa a cúpula do setor empresarial venezuelano. Seus objetivos são: fortalecer posição do empresariado, desenvolver processo de mudança e o

Todo esse grupo de oposição a Chaves se viu desfavorecido com a nova Lei de Hidrocarbonetos e a de gás (Lei de Habilitantes), não sendo mais representado no Estado. Como esta fração da burguesia antes dirigia abertamente a empresa sem vínculos com a Opep, sentiu-se ameaçada com a nova legislação de Chávez. Foi durante a presidência da nova diretiva da PDVSA, de Gastón Parra¹², que ocorreu o primeiro “Paro” em 2001, dirigido pelo alto escalão da empresa petroleira.

Segundo Moniz Bandeira (2003), o “Paro” foi uma conseqüência de inúmeras discussões. Isso piorou quando houve a destituição de sete altos executivos da PDVSA (três deles militares), dado o conflito que gerou junto à nova direção nomeada por Chávez. Em 2001, dada a favorável situação de crise que se instalara na Venezuela, os Estados Unidos canalizaram centenas de milhares de dólares para os grupos americanos e venezuelanos adversos a Chávez, inclusive a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), por meio da National Endowment for Democracy, agência criada pelo Congresso, que quadruplicou e incrementou as doações, elevando seu orçamento para a Venezuela para mais de US\$ 877 mil.

Neste mesmo período, a CTV, controlada pelos partidários do ex-presidente Carlos André Perez e pela Fedecámaras, juntamente com alguns militares como coronel Ronald Mac Common (aliado militar dos Estados Unidos na Venezuela) e tenente-coronel James Roger, discutiam a possibilidade de derrubada de Chávez. Agentes da CIA atuaram junto aos militares venezuelanos, aos dirigentes da Fedecámaras e aos líderes sindicais com o objetivo de coordenar a conversão do que seria uma pequena greve¹³ em demonstração de protesto. Entretanto, esta pequena greve levou ao golpe.

O golpe de 11 de abril de 2002 que se deu quando o então nomeado presidente Pedro Carmona dissolveu a Assembléia Nacional, durou apenas 48 horas, e foi saudado por Estados Unidos, Espanha e Peru. O embaixador norte-

programa de ajuste estrutural, defendendo a abertura econômica. Afiliados a esta organização encontramos: agricultura, comércio, energia, meios de comunicação, pecuária, transporte, serviços de telecomunicação, associações bancárias e serviços de cartões de créditos, construção, indústria, minérios seguros, turismo.

¹² Gastón Parra foi responsável pela concepção petroleira expressada na Constituição de 1999. Participou da comissão presidencial para a revisão petroleira e foi co-redator da Lei de Hidrocarbonetos em 2001.

¹³ Os setores que não aderiram ao “Paro” foram: Sindicato de Siderurgia de Orinoco, empresa de alumínio, ferromineração, hidroelétrica e Sindicato dos Trabalhadores do Metrô de Caracas.

americano na Venezuela, Charles Shapiro, demonstrou apoio ao governo golpista de Pedro Carmona (então presidente da Fedecámaras); enquanto isso, o FMI anunciava recursos financeiros à Venezuela. Durante o golpe, o “mentor intelectual” de Chávez, Miquilena (lembremos, apenas, que este mesmo homem foi presidente da Assembléia Nacional e ministro durante a elaboração da nova Constituição), uniu-se com a oposição e hoje é assessor de assuntos energéticos do presidente dos Estados Unidos, G. W. Bush.

Em outra direção, numa tentativa de romper com o “Paro”, o presidente Chávez tentou um acordo de ruptura com o resto do empresariado junto ao setor bancário, ameaçando retirar todos os depósitos públicos das entidades bancárias. A tentativa fracassou, já que, com o retorno de Chávez à Presidência, houve ainda uma nova tentativa de desestabilizar o seu governo em dezembro do mesmo ano, com o “Paro” da indústria petroléira (CASTRO, 2002).

Para Hernandez (2006), os golpes, *paros*, sabotagens e insurreições da burguesia que aconteceram durante o governo Chávez foram o caminho encontrado pelo imperialismo para impor seu programa de continuar privatizando a indústria petroléira e controlar sua administração. O imperialismo saiu fortalecido destes atos oposicionistas, por exemplo, através do Tratado de Coche¹⁴, assinado em 2004, entre os representantes deste capital, ou seja, o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, o magnata das comunicações Gustavo Cisneros e o presidente Chávez.

Com base nas afirmações de Hernandez, podemos deduzir que o capital internacional norte-americano se beneficiou (ou se beneficiaria) com as tentativas de desestabilização do governo Chávez, sendo representado pela Fedecámaras e CTV. Como sabemos, a Fedecámaras apóia ideologias neoliberais, além de defender uma reforma monetária (transferência do bolívar pelo dólar). Fora isso, quando houve a tentativa de golpe, Pedro Carmona, então dirigente da Fedecámaras, foi nomeado presidente da República. A cúpula da CTV, além de apoiar o golpe e “paros”, recebeu dinheiro de uma empresa norte-americana para financiar estas ações.

¹⁴ Este tratado levou o mesmo nome do Tratado de Coche, assinado 140 anos antes entre Paez e Falcón, por ter sido feito durante a reunião entre Chávez e Cisneros, mediada por Carter, no mesmo lugar que o anterior. A reunião foi simbolizada pelo discurso de Chávez em favor do capital e de seu governo, que garantiria a governabilidade do país e a estabilidade do mercado petroléiro (HERNANDEZ, 2005).

Sabemos também que o golpe foi encabeçado pelo alto comando militar, entretanto, resta-nos a dúvida se estes militares têm elos com os militares que fazem parte do corpo diretivo da Saic. Como já citado anteriormente, a Saic é uma transnacional estadunidense que se integra com a PDVSA por meio da Intesa¹⁵. Esta controla toda a informação vital da PDVSA: dados financeiros, técnicos, lucros e negócios. Este grupo tem como objetivo controlar a informação e os negócios da indústria, vigiar a direção política, manter relações com grupos de poder econômico e político associado à Saic nos Estados Unidos e dar coesão aos interesses dos empresários, cuja meta é manter os negócios com a indústria ou os que derivem da futura liquidação da PDVSA.

O corpo diretivo da Saic foi composto por um seleto grupo de ex-militares de inteligência do Exército, tais como: Willian Perry, Melvin Laud, John Deutsh, Robert Gates (estes dois últimos, ex-diretores da CIA). Hoje os componentes são: Wayne Downing (comandante-chefe das Forças Armadas dos Estados Unidos), Jasper Wilch (general, ex-coordenador do Conselho de Segurança da ONU), Bobby Ray Inman (comandante, ex-diretor da Agencia Nacional de Segurança e antigo diretor da CIA).

Quais seriam as razões para que as burguesias que praticaram atos insurrecionais não o fizessem mais desde 2002? Poderíamos afirmar que estas estariam sendo beneficiadas e bem representadas no bloco no poder. O benefício do capital internacional na Venezuela se dá, segundo Hernandez, por meio das empresas mistas. Para ele, entregar as novas concessões com roupagem de empresas mistas é a continuação iniciada por Luis Guisti¹⁶ e PDVSA, das privatizações do petróleo venezuelano mediante o qual as companhias aumentam

¹⁵ A Intesa é filial (40%) da PDVSA. A Saic é filial do Departamento de Defesa dos EUA e proprietária de 60% da Intesa. Por outro lado, temos a outra grande filial da PDVSA nos Estados Unidos, a CITGO Corporation. A empresa pública venezuelana cria mais empregos nos Estados Unidos (250.000) que na Venezuela (40.000). Para ver filiais: <<http://www.pdvsa.com>>.

¹⁶ Luis Guisti foi presidente da PDVSA de 1994 a 1999. É um tecnocrata norte-americano com sólida carreira no mundo das corporações transnacionais. Em sua administração foram desenvolvidas as iniciativas privatizantes da empresa estatal venezuelana. Vive hoje em Washington e é diretor do Grupo Royal Dutch Shell e assessor do Grupo Riverstone (um ramo do Grupo Carlyle para a área de energia) e do grupo Financeiro Stanford. É, ainda, membro da Força Tarefa Independente de políticas Estratégicas de Energia, que traçou metas do setor para a administração Bush filho (MARINGONI, 2004, p. 157).

suas reservas¹⁷ petrolíferas sem serem donas formais dela, o que interessa ao grande capital. As empresas mistas feitas pelas companhias petroleiras transnacionais, conforme o autor, são vanguardas do imperialismo nos países que possuem recursos como a Venezuela.

O papel do Estado nestas ações se dá por meio das inversões e riscos, que correm por conta dos países donos do recurso; quando chega o momento dos lucros, estes são compartilhados com as transnacionais, que se convertem em “sócias”. Sabemos, contudo, que o próprio presidente da PDVSA e de Minas e Energia, Rafael Ramírez, é favorável à política imperialista das empresas mistas¹⁸.

Esta nova roupagem, com objetivo de permitir e ampliar a participação do capital privado na exploração de uma indústria formalmente pública e estatal, é o que buscam as empresas petroleiras em escala mundial. As empresas mistas possuem respaldo jurídico no conteúdo da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos e de Gás vigentes. Conforme uma entrevista dada pelo presidente da Shell na Venezuela, Sean Rooney (*apud* HERNANDEZ, 2006), migrar dos convênios operativos para empresas mistas tem sido muito lucrativo, não só para a Shell, como para as outras empresas.

Os interesses imperialistas na Venezuela estão hoje bem representados no “bloco no poder” por meio de ministros, presidente da estatal, organismo patronal (Fedecámaras) e central sindical (CTV), beneficiando a entrada e reprodução deste capital no país¹⁹. A questão que se coloca é como denominar esta fração da

¹⁷ Segundo Hernandez (2006), aumentar as reservas é o real valor das empresas transnacionais petroleiras. O único capital que conta são as reservas, ou seja, a quantidade de reservas que possui, a cifra que observam quando se avalia uma companhia. Na Venezuela, por exemplo, para aumentar suas reservas, a Repsol YPF conseguiu assinar um acordo estratégico com a estatal PDVSA, segundo o qual a empresa terá a possibilidade de duplicar suas reservas e aumentar até 60% sua produção no país.

¹⁸ As empresas mistas (também chamados de cavalos de Tróia do capital petroleiro internacional) são a conversão dos antigos convênios operativos. Desta maneira, firma-se um contrato com o capital internacional sujeito ao direito internacional, que deixa subentendida a autorização de intervenção militar se não se cumprir com o “abastecimento fiel e confiável” do petróleo. Além disso, com esta nova forma de associação com o capital privado, vendeu-se uma boa parte dos recursos energéticos. Por exemplo: os contratos (renováveis), no caso do petróleo, são de 20 anos, 35 anos no de gás e de carbono de até 100 anos. Esta forma não é nova: tem se constituído em todos os países onde o petróleo é de “propriedade do Estado”. São várias as formas que se adotam para se constituir uma empresa mista, dentre as quais: contratos de serviços, de comercialização, de tecnologia, de exploração, *outsourcing*, convênios operativos, associações estratégicas etc. (HERNANDEZ, 2006).

¹⁹ Segundo o presidente Chávez em seu programa semanal “Aló Presidente” estão em um nível recorde as reservas internacionais: são superiores a US\$ 35,5 bilhões e o risco-país está mais baixo (212 pontos).

burguesia: burguesia compradora ou burguesia interna? O conceito de burguesia interna e de burguesia compradora, desenvolvido por Poulantzas (1975), permite analisar a situação concreta das burguesias em relação ao capital americano durante a “nova” fase imperialista. A *burguesia compradora* se caracteriza pela fração que não tem base própria de acumulação de capital, agindo, de certa forma, como intermediária do capital imperialista estrangeiro. Já a *burguesia interna*, em razão da reprodução do capital americano no próprio seio dessas formações, torna-se dependente, devido ao processo de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a forma de dominação do capital americano. Por outro lado, ela possui base de acumulação e fundamento econômico próprios (POULANTZAS, 1975)²⁰.

A realidade venezuelana é complexa e recheada de inúmeras contradições, principalmente quando levamos em conta o caráter altamente mobilizador que a figura de Chávez possui²¹. São muitas as questões que nos cercam quando tentamos mapear o novo “bloco no poder” na Venezuela, um país com características muito complexas e instigantes. Conforme dissemos anteriormente, mesmo nos restringindo à análise política de um determinado estágio do desenvolvimento do capitalismo venezuelano, pretendemos com este artigo contribuir com as análises sobre a Venezuela e com o processo em curso neste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUKEN, B. V. *As Perspectivas da América Latina* (Parte 2). Disponível em: <<http://www.wsws.org>>, acessado em 21/08/2006.

Características que demonstram o êxito da política econômica de seu “governo revolucionário” (jornal *Ultimo Segundo*, 2006).

²⁰ A burguesia nacional entretanto, é a fração autóctone da burguesia que a partir de um certo grau de contradições com o imperialismo estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológico política, um lugar autônomo, podendo num certo momento agir na luta antiimperialista

²¹ Hugo Chávez é um personagem que se caracteriza pelo apelo popular, principalmente nas regiões mais pobres do país. E faz isso com o contato direto com a população nos bairros que visita, bem como nos discursos inflamados em palanques, rádios e televisão. Um de seus alvos prediletos nestes discursos, principalmente depois da tentativa de golpe de 2002, foi a política externa norte-americana, principalmente a administração de George W. Bush. A economia do país está em expansão devido aos altos preços do petróleo (+- US\$67/barril), possibilitando o aumento nos gastos públicos e impulsionando o Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento econômico dos seis primeiros meses de 2006 foi de 9,6% em relação a igual período de 2005.

AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia*. São Paulo, Ed. Unesp, 2002.

BANCO CENTRAL DA VENEZUELA. *Balanço Geral Sistemas Bancários*. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve>>, 2006

BORÓN, A. A. *Império & Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires, Clacso, 2002.

BOUÉ, R. C. *El Programa de Internacionalización de Petróleo de Venezuela SA*. Disponível em: <<http://www.pdvsa.com>>, 2006.

CANO, W. “Venezuela: limites para uma nova política econômica”. In: *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 95-127, 2002. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/download/revista_18/04-Cano.pdf>.

_____. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo, Ed. Unesp, 2000.

CASTRO, V. A. “La tortuosa configuración hegemónica en Venezuela”. In: *Revista Herramienta*, n. 21, año VII. Buenos Aires, E. Antídoto, 2002.

_____. “El caracter de la ofensiva del capital y su incidência en Venezuela”. In: *Revista Herramienta*, n. 25, año VIII. Buenos Aires, E. Antídoto, 2004.

_____. *Entrevista*. Realizada por Mariana de Oliveira Lopes (aluna de Especialização em Ensino de Sociologia/UEL) no Centro de Letras e Ciências Humanas (CCH-UEL) em 20/09/2006.

CHESNAIS, F. “A emergência de um regime de acumulação financeira”. In: *Revista Praga 3*. São Paulo, Hucitec, 1997.

CHOMSKY, N. *El Petróleo de Venezuela y las Chimeneas de Massachussets*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org>>, 2005. Acessado em 06/2006.

CORONADO, R. D. R. *Informe del Comisario de PDVSA: Ejercicio económico del año de 1999*. Fondo Editorial Dario Ramirez. Disponível em: <<http://www.pdvsa.com>>, 1999.

FEDECAMARAS. *Boletim Econômico Mensal*, ano I n. 1. Disponível em: <<http://www.fedecamaras.org.ve>>, 2006.

GOTT, R. O. "O Murdoch da Venezuela". In: *New Left Review* n. 39. Disponível em: <<http://www.newleftreview.net>>, acessado em 30/10/2006.

GUERRA, J. *Los Pecados de Merentes*. Disponível em: <<http://www.analitica.com>>, acessado em 18/10/2006.

HERNANDEZ, P. *El Verdadero Golpe de PDVSA*. Imprenta Internacional, Maracaibo Venezuela, 2006.

_____. *Revolución Chavista: La gran estafa del siglo XXI*. Disponível em: <http://www.soberania.org/Articulos/articulo_1636.htm>, 2005. Acessado em 27/10/2006.

LANDER, L. E.; MAYA, M. "Venezuela, petróleo e golpe". In *Revista OSAL*, n. 7. Buenos Aires, Clacso, Disponível em: <<http://www.osal.clacso.org>>, 2002.

LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1987.

LUZARDO, L. G. P. *Mensagem de Fim de Ano do Presidente*. Disponível em: <<http://www.bcv.gov.ve>>, 2005.

MARINGONI, G. *A Venezuela que se Inventa*. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2004.

MARX, K. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global, 1988.

MAYA, M. L. "La Venezuela en la Encrucijada". *In Revista OSAL* n. 9. Buenos Aires, Clacso, 2003.

_____. "Venezuela 2001-2004: Actores y estrategias en la lucha hegemónica". *In CAETANO, G. (Org). Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/Clacso, Buenos Aires, 2006.

MEDINA, M. *El Elegido Presidente Chávez*. Un nuevo sistema político. Bogotá, Ed. Aurora, 2001.

MONIZ BANDEIRA, A. "Os EUA e a crise na Venezuela". *In Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n. 20, jan. 2003.

_____. *Conflito e Integração na América Latina: BR, Argentina e EUA*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003a.

MONTEVERDE, A. A. *Teoria Leninista del Imperialismo*. Havana, Ed. de Ciências Sociales, Economía, 1984.

PETRAS, J. *Clase, Estado y Poder en el Tercer Mundo: Casos de conflictos de clases en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

POULANTZAS, N. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

_____. "Clases sociales" *in* ZENTINO, R. B. (Org). *Las Clases Sociales en América Latina: Problemas de conceptualización* (Seminário de Mérida, Yuc). Ciudad de México, Siglo XXI, 1975a.

_____. *A Crise das Ditaduras: Portugal Grécia, Espanha*. Trad. Lia Zatz. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. F. Silva. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1977.